



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº. 010/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 148/2019

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

DATA DE REALIZAÇÃO: 10/12/2019

HORÁRIO: 15:00 horas

LOCAL: PRAÇA VEREADOR VITAL MUNIZ, 01 - CEP 11701-050 - TELEFAX: (OXX13) 3476-1700 - BOQUEIRÃO - PRAIA GRANDE - SP

A Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande, através de seu Presidente, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento de quantos possam se interessar que farão realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a **Locação mensal de sistema de votação eletrônica, com fornecimento de equipamentos, de hardware específico de quantificação automatizada de expedientes, configuração, fornecimento, implantação e treinamento operacional, especificados no Anexo VI do Edital, que fica fazendo parte integrante deste todos os fins.**

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações posteriores, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 alterações posteriores, **Decreto Legislativo nº 01/2015.**

1 – Preâmbulo

1.1 – Os envelopes contendo a “PROPOSTA COMERCIAL” e a “DOCUMENTAÇÃO”, serão recebidos na Câmara Municipal, no endereço, dia e horário indicados no início, quando terá início a sessão pública para abertura dos mesmos.

1.2 – As empresas interessadas em participar deste Pregão, ficam alertadas de que, antes de se dirigirem ao local estabelecido para a entrega dos envelopes serão identificadas, de modo que deverão estar no local com a antecedência necessária, a fim de cumprir o horário estabelecido no subitem 1.1.

1.3 – Os pedidos de informações e/ou esclarecimentos relativos ao presente Pregão, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações, das 12:00 às 16:00, **por escrito**, através do **e-mail: camara@praiagrande.sp.leg.br** aos cuidados do Pregoeiro, sendo que as respostas estarão disponíveis aos interessados no site da Câmara Municipal, **<http://www.praiagrande.sp.leg.br>**.

1.3.1 – O caderno de licitação, composto deste edital e de seus anexos, poderá ser obtido através do site: **<http://www.praiagrande.sp.leg.br>** ou gratuitamente na sede da Câmara.

1.4 – Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente Edital de Pregão, ou ainda impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no artigo 41, parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Sendo que tal impugnação deverá ser protocolizada na Câmara, cujo endereço consta no início deste.

1.4.1 – A autoridade superior deverá decidir sobre a impugnação, no prazo legal, antes da abertura do certame.

1.4.2 – Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas,



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

será designada nova data para a realização do presente Pregão.

1.4.3 – Não sendo solicitados esclarecimentos e/ou informações no prazo estabelecido acima, presumir-se-á que os elementos constantes do presente Edital e suas partes integrantes, são suficientemente claros e precisos para a participação dos interessados neste Pregão.

1.5 – A impugnação, feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste Pregão, até o trânsito em julgado da pertinente decisão.

1.6 – A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada da apresentação de CPF e RG, em se tratando de pessoa física; e, em se tratando de pessoa jurídica, do respectivo Ato Constitutivo (por documento original, cópias autenticadas ou cópia simples para serem autenticadas por servidor da Câmara antes do protocolo da referida impugnação).

1.6.1 – Caso a impugnação seja assinada por procurador, deverá anexar o Instrumento de Procuração que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

2 – DO OBJETO

2.1 – Constitui objeto deste Edital, a **Locação mensal de sistema de votação eletrônica, com fornecimento de equipamentos, de hardware específico de quantificação automatizada de expedientes, configuração, fornecimento, implantação e treinamento operacional, especificados no Anexo VI do Edital, que fica fazendo parte integrante deste todos os fins.**

2.2 – O contrato a ser firmado terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua assinatura, podendo vir a sofrer prorrogações mediante acordo entre as partes e nos limites da lei.

2.3 – DA VISITA TÉCNICA

2.3.1 – A visita técnica é facultativa, ou seja, **NÃO obrigatória**, de forma que poderá ser feita preferencialmente, e até, com 2 (dois) dias de antecedência, junto a Câmara Municipal até a data de abertura dos envelopes, através do telefone: **(OXX13) 3476-1700**, no horário das 12:00 às 16:00 h, falar com Paulo (Setor de Processamento de Dados e Arquivos) ou Wagner (Diretoria Administrativa).

2.3.2 – **A visita de que trata este item servirá para a licitante analisar o local físico de instalação e funcionamento do objeto relacionado no Anexo VI deste Edital, para finalidade de auxiliar na elaboração de sua proposta de preços.**

2.4 – O valor estimado da contratação é de **R\$ 184.535,00** (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais).

2.5 – As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N°. **3.3.90.40.01**, para este exercício e própria para os demais.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar deste Pregão empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atendam as exigências de habilitação.

3.2 – Não será permitida a participação de empresa:



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

I – em consórcios ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;

II – que tenha sido declarada inidônea pela Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação, em data anterior à abertura da licitação;

III – Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do inciso III do artigo 87, da lei 8.666/93.

IV – cujos administradores e/ou acionistas, detentores do controle do estabelecimento participantes desta licitação, que possuam qualquer vínculo direto ou indireto com a Contratante ou com o responsável por esta licitação, nos Termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações posteriores.

V – impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº. 10.520/02, seguindo entendimento do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

3.3 – Por força do que dispõe os artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, as microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido.

3.4 – A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas em lei, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

4 – DO CREDENCIAMENTO NA SESSÃO DO PREGÃO

4.1 – No dia, horário e local estabelecido no início deste edital, serão realizados, em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes, o recebimento e abertura dos envelopes “Proposta” e “Documentação”.

4.2 – Não será admitida a participação de licitante retardatária.

4.3 – Será considerada retardatária a empresa, cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após o horário estabelecido no início deste edital.

4.4 – Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do PREGÃO e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.

4.5 – O credenciamento far-se-á por:

a) Instrumento público ou particular, **com a firma reconhecida do representante legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado)** que o assina, do qual constem poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, **em especial para formular ofertas e lances**, negociar preço, assinar declarações, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar os demais atos pertinentes do certame (vide modelo referencial constante do Anexo II) e **apresentar cópia do contrato ou estatuto social da licitante autenticado**, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima.

b) Quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigentes ou assemblados, apresentar cópia do contrato ou estatuto social da licitante, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

4.5.1 – Na hipótese de não constar **prazo de validade** nas **PROCURAÇÕES** apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até **06 (seis) meses**, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

4.6. – Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

4.7 – Os documentos suprarreferidos poderão ser apresentados no original ou por cópia autenticada, e serão retidos para oportuna juntada aos autos do competente processo administrativo.

4.8 – Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.

4.9 – O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor Recurso, ficando mantido, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

5 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1 – Os envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser apresentados separados e devidamente fechados, identificados obrigatoriamente em sua parte externa, da seguinte forma:

ENVELOPE n.º1 – “PROPOSTA COMERCIAL”

ENVELOPE n.º2 – “DOCUMENTAÇÃO”

5.1.1 – Os envelopes deverão apresentar, também, em sua parte exterior, a razão social e/ou timbre da licitante e os seguintes dizeres:

À
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
RAZÃO SOCIAL E CNPJ
PREGÃO n.º 010/2019
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

À
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
RAZÃO SOCIAL E CNPJ
PREGÃO n.º 010/2019
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO

5.2 – Não serão recebidos proposta comercial ou documentação via fac-símile ou e-mail, e nem admitida proposta comercial alternativa.

5.3 – Na hipótese da proposta comercial e/ou de algum documento habilitatório vir assinado por procuração, a licitante deverá apresentar, no envelope “PROPOSTA COMERCIAL”, o respectivo instrumento de mandato, no original ou cópia autenticada, com firma reconhecida, se for instrumento particular.

5.3.1 – O instrumento de procuração, quando for instrumento particular, e as declarações exigidas nos termos deste



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Edital, deverão, sob pena de não aceitação, se fazer acompanhar de comprovação, na forma da lei, de que seus signatários têm, no âmbito da sociedade outorgante ou declarante, poderes bastantes para a prática daquele ato.

5.3.2 – Na hipótese do procurador previsto no subitem 5.3, ser o mesmo indicado nos termos do subitem 4.5 deste edital, ficará a licitante dispensada da apresentação dos documentos referidos nos subitens 5.3 e 5.3.1.

6 – DA PROPOSTA COMERCIAL

6.1 – A proposta comercial deverá:

I – ser apresentada em papel timbrado da licitante, devidamente datada e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e rubricada em todas as suas laudas.

II – conter sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas:

a) a razão social da licitante;

b) o(s) nome(s) e qualificação(ões) do(s) seu(s) representante(s) legal(is);

c) os preços como seguem:

c.1) Mensal e total;

c.2) No preço global da proposta deverá estar incluído o custo total (24 meses), bem como o custo mensal (01 mês).

d) O prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, conforme estabelecido no artigo 6º da Lei nº 10.520/02;

e) Declaração de que preço ofertado estão inclusos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto deste Pregão, inclusive despesas com materiais (somente os produtos necessários à limpeza e manutenção), transportes, fretes, seguros, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários ou outros decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do mesmo, não cabendo à Câmara Municipal, quaisquer custos adicionais.

6.2 – Não serão aceitas propostas, cujos preços sejam superiores aos praticados pelo mercado, ou fixados pelo Governo Federal, em se tratando de produtos sob o regime de tabelamento.

6.3 – Em caso de divergência entre o valor expresso em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.

6.4 – A proposta comercial será verificada, quanto ao atendimento das condições aqui expressas, sendo desclassificada aquela que estiver em desacordo com qualquer exigência disposta neste Edital e seus ANEXOS, contiver vícios, quer por omissão e/ou irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, a juízo na Câmara Municipal, apresentar preço excessivo em relação ao praticado no mercado ou for manifestamente inexecutável, assim considerada aquela que não venha a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentos da licitante, que comprovem que os custos de insumos são coerentes com os do mercado.

6.5 – Não serão aceitas condições que contemplem faturamentos mínimos, sendo tais propostas desclassificadas.

6.6 – Na hipótese de erro no preço cotado e/ou nas demais condições apresentadas na proposta, não será admitida a retificação.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

6.7 – O preço constante da proposta comercial, deverá ser expresso em moeda corrente nacional com até duas casas após a vírgula, em algarismos, apurado à data prevista para a apresentação da mesma, conforme previsto neste Edital, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

7 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 – O envelope nº 2 deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art.7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, em conformidade com o previsto a seguir:

7.1.1 – A documentação relativa à habilitação jurídica consiste em:

- a) Cédula de Identidade;
- b) Registro Comercial da firma legalmente registrada, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registradas, em se tratando de sociedade empresarial, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2 – A documentação relativa à qualificação técnica consiste em:

7.1.2.1 – Capacitação Técnica-Operacional: Atestado(s) ou certidão(ões), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior do objeto licitado, por qualquer espaço de tempo.

7.1.2.1.1 – O(s) atestado(s)/certidão(ões) deverá(ao) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, descrição dos serviços executados e as áreas atendidas.

7.1.3 – A documentação relativa à qualificação econômico-financeira é a seguinte:

7.1.3.1 – Certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 03 (três) meses da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedade(s) simples, deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.1.3.2 – No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar certidão de objeto e pé, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

7.1.4 – A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista é a seguinte:

7.1.4.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

7.1.4.2 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, referente a Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Contribuições



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Previdenciárias;

7.1.4.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (prazo de validade de seis meses, contados a partir da emissão da certidão, quando não constar outro prazo de validade impresso no documento) referente aos Tributos Mobiliários;

7.1.4.4 – Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), por meio de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

7.1.4.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de negativa)

7.1.4.6 – Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7.1.5 – Declaração:

7.1.5.1 – De Cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal dar-se-á por meio de declaração, sob as penas da lei, emitida pelo proponente, conforme modelo ANEXO V.

7.2 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.2.1 – Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

7.2.2 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.2.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do artigo 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520/02.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS:

8.1 – Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou em publicação de órgão da imprensa oficial;

8.1.1 – A autenticação de documentos poderá ser feita pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio, desde que seja apresentada cópia simples acompanhada do original. As empresas deverão comparecer com a antecedência necessária considerando a quantidade de documentos a serem autenticados e o tempo necessário para isto, a fim de cumprir o horário determinado no subitem 1.1.

8.2 – As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

8.3 – Os documentos emitidos via internet poderão ser conferidos pelo Pregoeiro ou pela Equipe de Apoio.

8.4 – Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em **nome da matriz e com CNPJ da matriz**. E se



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

for **filial** todos os documentos deverão estar em **nome e com CNPJ da filial**, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

8.4.1 – Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro Contrato, deverá apresentar toda a documentação de **ambos** os estabelecimentos (matriz e filial).

8.5 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

8.6 – Todo e qualquer documento apresentando em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

8.7 – O licitante será inabilitado se deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos no envelope Documentação ou apresentá-los com irregularidades, em desacordo com o estabelecido neste Pregão, não se admitindo complementação posterior.

9 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E DA SUA ABERTURA

9.1 – No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 2 (dois) envelopes, fechados e indevassáveis, abaixo relacionados e ainda **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com o modelo constante no Anexo III ao Edital, que deverá ser apresentada fora dos Envelopes nº 01 e 02.**

9.1.1 – Quanto às microempresas ou empresa de pequeno porte, além da Declaração supra deverá apresentar: **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no ANEXO IV deste Edital, e apresentada FORA dos Envelopes nº 01 (Proposta) e 02 (Habilitação).**

9.1.2 – A falta de apresentação da Declaração exigida no item 9.1.1 ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06.

9.2 – Os envelopes deverão estar sobrescritos com a titulação de seu conteúdo, conforme subitem 5.1.1.

9.3 – Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.4 – Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.

9.5 – O envelope nº 1 conterá a Proposta Comercial, que deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, sem rasuras ou emendas, podendo seguir preferencialmente o modelo-padrão consistente do anexo I deste edital.

9.6 – O envelope nº 2 deverá conter a Documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art.7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

10 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ETAPA DE LANCES

10.1 – Os procedimentos deste Pregão serão conduzidos pelo Pregoeiro, seguindo a legislação vigente e as fases apontadas no item I deste edital.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

10.2 – Instalada a sessão pública do Pregão, com a conferência dos documentos de credenciamento dos representantes das empresas interessadas, serão recebidos a Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e os envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e os envelopes nº 02 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO, pelo Pregoeiro.

10.2.1 – Verificada a regularidade formal dos envelopes, o Pregoeiro procederá a abertura dos envelopes das propostas comerciais, que serão rubricadas e analisadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Em seguida, será dada vista das propostas aos representantes das licitantes, que poderão rubricá-las, devolvendo-se ao Pregoeiro.

10.2.2 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do edital.

10.3 – Após a conferência das propostas, o Pregoeiro passará ao julgamento das mesmas, observando-se que o critério a ser adotado é o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, para o objeto deste certame.

10.4 – Serão convocadas pelo Pregoeiro, para oferecerem novos lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes:

a) A licitante que apresentar a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**; e

b) As licitantes que tenham apresentado **propostas** com valores de até 10% (dez por cento) superiores àquela.

10.4.1 – Não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem anterior, serão selecionadas as melhores propostas, até o máximo de três (inclusive a de MENOR PREÇO), e as respectivas licitantes poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados.

10.5 – A licitante que, quando convocada pelo Pregoeiro, desistir de apresentar lance verbal, será excluída da etapa de lances.

10.5.1 – Não será admitida a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes no Edital.

10.6 – Definida a classificação provisória por menor PREÇO GLOBAL, será registrado na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes; preços ofertados; propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação para sua desclassificação, e a ordem de classificação provisória.

10.7 – Ocorrendo empate nas condições propostas entre as classificadas para participarem dos lances verbais, a ordem destes lances será definida através de sorteio, a ser realizado na mesma sessão pública.

10.8 – O Pregoeiro abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, por menor preço, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo definido no subitem 10.4.

10.8.1 – Na fase de lances verbais, não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes com intervalos de, no mínimo de 0,5 % (meio por cento).

10.8.2 – Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se o desistente às penalidades previstas neste edital.

10.9 – Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor e ao objeto, decidindo motivadamente a respeito, podendo negociar com a licitante a obtenção de melhor preço.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

10.9.1 – A aceitabilidade a proposta classificada em primeiro lugar poderá vir a ser aferida sob a forma de diligência, e se dará via comprovação de atendimento pelos softwares ofertados às exigências técnicas gerais bem como específicas descritas no Termo de Referência – Anexo VI do edital.

10.9.2 - Ocorrendo a hipótese da impossibilidade de se realizar lances verbais, o Pregoeiro verificará a conformidade entre a proposta escrita de MENOR PREÇO e o valor estimado para a contratação, sendo-lhe facultado, após a análise sobre a aceitabilidade do preço ofertado, negociar com a licitante a obtenção de melhor preço.

10.10 – Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

10.10.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.10.2 – A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.

10.10.2.1 – Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão.

10.10.2.2 – Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.10.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

10.10.2.3 – Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

10.10.3 – O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.10.4 – Não ocorrendo a contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no artigo 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

10.10.5 – Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem 10.10.4, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora na fase de lances.

10.11 – As Licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos pelas Leis 123/06 deverão declarar, sob as penas da Lei, de que cumprem com os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando apto a usufruir do tratamento diferenciado e estabelecido, nos termos dos artigos 43 a 49, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.12 – Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante não atender as exigências deste Edital, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida, podendo, inclusive, negociar diretamente com a respectiva licitante, a obtenção de melhor preço, passando à fase prevista no subitem 10.10.

10.13 – O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, no curso do julgamento das propostas e da etapa de lances, negociar



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

diretamente com a licitante vencedora, visando a obtenção de preço melhor.

10.14 – Verificando-se no curso da análise, o descumprimento de qualquer requisito estabelecido neste Edital e seus Anexos, a proposta será desclassificada.

10.15 – Sendo aceitável a melhor proposta apresentada, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da respectiva licitante.

11 – DA HABILITAÇÃO

11.1 – Após encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, verificada a aceitabilidade da melhor oferta e do objeto, será aberto, pelo Pregoeiro, o envelope “DOCUMENTAÇÃO” da respectiva licitante, para verificação quanto ao atendimento das condições habilitatórias exigidas nos termos do item 7 deste Edital.

11.2 – Constatando, o Pregoeiro, o atendimento pleno pela licitante das exigências editalícias, a declarará vencedora deste Pregão.

11.2.1 – Não será admitido saneamento de falhas na documentação de habilitação na própria sessão.

11.2.2 – Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, ser-lhe-á aplicada a multa prevista neste Edital, prosseguindo o Pregoeiro com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes.

11.2.3 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante classificada e habilitada será declarada vencedora do certame.

11.3 – Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada.

12 – DOS RECURSOS

12.1 – Proclamada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentação das razões do recurso, iniciando-se o prazo no dia seguinte útil após o certame licitatório, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.

12.1.1 – Tanto as razões quanto as contrarrazões deverão ser protocoladas Câmara, no endereço constante no item 1 do presente, das 12:00h às 16:00h.

12.1.2 – O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.1.3 – A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto da licitação à vencedora e no encaminhamento do processo à (s) Autoridade (s) competente (s) para a homologação.

12.2 – Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e que serão julgados pela (s) Autoridade competente (s) e, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

12.3 – Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia do Pregoeiro, até a efetiva formalização da contratação.

13 – DA HOMOLOGAÇÃO

13.1 – O julgamento será reduzido a termo, com a transcrição do relatório, indicando as licitantes desclassificadas; as classificadas e a licitante vencedora, bem como os fundamentos e motivos da escolha, de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital.

13.2 – Caberá ao Pregoeiro encaminhar o processo administrativo para a autoridade competente para Homologação, cabendo a este, a qualquer momento, revogar a presente licitação, por razões de interesse público, decorrentes de fato supervenientes, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação.

13.2.1 – Cumpre ainda, à Presidência, o dever de anular esta licitação, em qualquer tempo ou fase, caso venha a ser constatada qualquer ilegalidade no seu procedimento ou no seu julgamento.

14 – ASSINATURA DO CONTRATO

14.1 – A classificada em primeiro lugar será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, assinar o Contrato.

14.2 – O Contrato deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da EMPRESA, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato social e cédula de identidade.

14.3 - O Prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.4 - Na hipótese de não atendimento à convocação, para assinatura do Contrato ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à Administração, desde que haja conveniência, proceder ao chamamento das demais licitantes, observada a ordem de classificação das propostas.

14.5 - No ato da assinatura do Contrato, o contratado se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que o presente estará sujeito à remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

15 – VALIDADE DO CONTRATO

15.1 – O contrato a ser firmado terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo vir a sofrer prorrogações, deste que justificado, conforme acordo entre as partes, através de respectivo termo, antes do seu vencimento, com adequação aos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

16 – DOS PREÇOS

16.1 - O preço mensal que vigorará no contrato, será o proposto pela licitante vencedora classificada em primeiro lugar.

16.2 - O preço mensal referido no item 16.1 acima, estará incluído todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

remuneração da contratação, incluído frete até o local de instalação.

16.3 – Os preços contratados, nos termos da legislação vigente, serão reajustáveis a cada doze (12) meses, salvo a hipótese de alteração legal, caso em que os preços serão reajustados no menor período possível, pela variação do INPC-IBGE, tomando-se por mês base para cálculo o da entrega das propostas.

17 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 – O pagamento será mensal, sendo que o mesmo se dará até o décimo dia útil após emissão da Nota Fiscal, pelos serviços efetivamente prestados, devendo estar a respectiva aprovada pela Câmara Municipal. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a primeira via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal – Fatura.

17.2 - O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente exclusivamente.

17.3 - Quaisquer pagamentos não isentarão a empresa das responsabilidades Contratuais.

17.4 - Não haverá atualizações ou compensações financeiras a qualquer título ou hipótese.

17.5 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE – INPC, calculado pro rata die.

18 – PENALIDADES

18.1 – Quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ficará impedido de licitar e contratar com a Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande pelo prazo de 02 (dois) anos.

18.2 – Multa por dia de atraso para o início dos serviços: 1,0% (um inteiro por cento) por dia sobre o valor do contrato, até o máximo de 15 (quinze) dias.

18.3 – Multa por inexecução parcial: 10 % (dez inteiros por cento) sobre o valor da parcela inexecutada.

18.4 – Multa por inexecução total: 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor do contrato.

18.5 – Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação quando a CONTRATADA:

- a) Transferir ou ceder suas obrigações no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- b) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas;
- c) Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços;

18.6 - Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação quando a CONTRATADA, praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar dano ao CONTRATANTE ou a terceiros, independente da obrigação da CONTRATADA em reparar os danos causados.

18.7 - As Empresas ficam sujeitas às sanções previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e demais alterações bem como as sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/02.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

18.8 - As sanções são independentes. A aplicação de uma não exclui a das outras.

18.9 – Obriga-se a empresa contratada a implantar todas as ferramentas e prestarem os demais serviços exigidos nos prazos descritos neste Edital e seus Anexos. Caso não os cumpra, além da multa prevista acima, será considerado rescindido o seu contrato.

18.10 - O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da cobrança respectiva pela EMPRESA. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a EMPRESA detentora da Ata tenha a receber da CMEBPG. Não havendo pagamento pela EMPRESA, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a EMPRESA detentora ao processo executivo.

18.11 - Os valores referentes às multas e demais importâncias, quando não ressarcidas pela licitante que vier a ser vencedora, serão atualizadas pelo INPC - IBGE, vigente à época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado “pro rata die” e acrescido de juros de mora de 2% (seis por cento).

19 – CANCELAMENTO DO CONTRATO

19.1 – O Contrato poderá ser cancelado de pleno direito:

19.1.1 - Pela Administração, quando:

- a) A EMPRESA não cumprir as obrigações do contrato.
- b) A EMPRESA não formalizar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa.
- c) A EMPRESA der causa a rescisão administrativa do Contrato.
- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato.
- e) O preço registrado se apresentam superiores aos praticados pelo mercado.
- f) Por razões de interesse público, devidamente justificadas pela Administração.

19.1.2 - Pela empresa quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências do Contrato.

20 – DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 – É dever empresa detentora do Contrato junto a contratante regularizar, antes da emissão da nota fiscal, qualquer tipo de alteração que sofrer o seu contrato social. Para tanto, deverá comparecer à Câmara, munida dos documentos que formalizam a alteração.

20.1.1 – Em caso de não cumprimento do item 21.1 ficará suspenso o pagamento do objeto do contrato até a sua respectiva regularização.

20.2 - Fica a licitante ciente que a simples apresentação da proposta, implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande

Estado de São Paulo

20.3 - As interessadas devem ter pleno conhecimento das disposições constantes do edital, bem como, de todas as condições gerais, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo, da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do Contrato.

20.4 - Os ajustes, suas alterações e rescisão obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

21 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – Será lavrada ata circunstanciada da sessão do Pregão, assinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e pela(s) licitante(s) presente(s).

21.2 – As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam a legalidade, o interesse público, a finalidade e a segurança da aquisição.

21.3 – O resultado do presente certame e demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

21.4 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para outro dia e tal fato será publicado no Diário Oficial do Estado.

21.5 – A Câmara Municipal, na salvaguarda de seus interesses e conveniências, poderá solicitar e as licitantes obrigam-se a prestar, todos os esclarecimentos necessários, quer através de documentos ou de sindicâncias e verificações “in loco”, visando aferir a capacidade técnica e administrativa destas, podendo, ainda, promover diligências nos termos previstos no parágrafo terceiro do artigo 43, da Lei n.º 8.666/1993.

21.6 – O Pregoeiro poderá solicitar assessoria técnica de quaisquer outros departamentos da Câmara Municipal ou de terceiros, em qualquer fase deste procedimento licitatório, bem como lhe fica assegurado o direito de, se assim julgar necessário ou conveniente, visitar as dependências das licitantes, para nelas verificar as condições de trabalho e de atendimento às exigências deste Edital.

21.7 – A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas nesta licitação.

21.8 – Os envelopes com os documentos de Habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até a assinatura do Contrato, Após o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da realização da Sessão Pública, os referidos Envelopes ficarão à disposição das empresas licitantes pelo prazo de 30 (trinta) dias, sendo que, findo esse prazo sem que sejam retirados, serão os mesmos destruídos.

21.9 - Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e a aquisição objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

22 – DOS ANEXOS

22.1 – Anexo I – Planilha – Proposta;

22.2 – Anexo II – Modelo de Credenciamento;

22.3 – Anexo III – Modelo de Declaração da Licitante de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

- 22.4 – Anexo IV – Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- 22.5 – Anexo V – Modelo de Declaração referente ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- 22.6 – Anexo VI – Termo de Referência e Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento;
- 22.7 – Anexo VII – Minuta de Contrato;

Praia Grande, 25 de novembro de 2019.

EDNALDO DOS SANTOS PASSOS
Presidente

ANEXO I
PLANILHA – PROPOSTA

(esta deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante, devidamente datada e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e rubricada em todas as suas laudas)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº. 010/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 148/2019



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

OBJETO: Locação mensal de sistema de votação eletrônica, com fornecimento de equipamentos, de hardware específico de quantificação automatizada de expedientes, configuração, fornecimento, implantação e treinamento operacional.

A _____, CNPJ _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, vem apresentar sua proposta comercial como se segue:

CUSTO MENSAL	R\$
CUSTO GLOBAL	R\$
CUSTO GLOBAL POR EXTENSO: _____	

O prazo de validade desta proposta é de __ (____) dias, podendo o mesmo vir a ser prorrogado a pedido do Pregoeiro;

Declaro que, no preço ofertado estão inclusos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto deste Pregão, inclusive despesas com materiais (somente os produtos necessários à limpeza e manutenção), transportes, fretes, seguros, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários ou outros decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do mesmo, não cabendo à Câmara Municipal, quaisquer custos adicionais.

Dados Bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Local e data

(assinatura)

nome completo do representante legal

cargo ou função

RG:

CPF:

ANEXO II
MODELO REFERENCIAL DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO
(papel timbrado da licitante)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº. 010/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 148/2019

Pelo presente instrumento, a empresa....., CNPJ....., com sede na....., através de seu



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

representante legal infra-assinado, credencia _____, portador da cédula de identidade nº, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do Pregão, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir e ainda praticar todos os atos inerentes ao certame.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, a inexistência de fato impeditivo de sua participação no citado certame; declarando-se, ainda, ciente de todas as disposições relativas à licitação em causa e sua plena concordância com as condições constantes no edital.

Local e data

(assinatura com firma reconhecida)
nome completo do representante legal
cargo ou função
RG:
CPF:



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE PLENO ATENDIMENTO AOS
RÉQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(papel timbrado da licitante)

AO
PREGOEIRO DA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº. 010/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 148/2019

Vimos pela presente apresentar a Vossa Senhoria nossa documentação referente à licitação em epígrafe e declaramos que atendemos todos os requisitos de Habilitação, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à nossa habilitação.

Local e data

(assinatura)
nome completo do representante legal
cargo ou função
RG:
CPF:



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(papel timbrado da licitante)

AO
PREGOEIRO DA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº. 010/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 148/2019

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão nº 002/15, realizado pela Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande.

Local e data

(assinatura)
nome completo do representante legal
cargo ou função
RG:
CPF:



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

ANEXO V
DECLARAÇÃO MINISTÉRIO DO TRABALHO
(papel timbrado da licitante)

AO
PREGOEIRO DA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº. 010/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 148/2019

Declaramos, para todos os fins e efeitos de direito, sob as penas da lei, que nossa empresa atende ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, "XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".

Local e data

(assinatura)
nome completo do representante legal
cargo ou função
RG:
CPF:



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

ANEXO VI
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO N.º 009/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 148/2019

Objeto: Locação mensal de sistema de votação eletrônica, com fornecimento de equipamentos, de hardware específico de quantificação automatizada de expedientes, configuração, fornecimento, implantação e treinamento operacional.

Valor estimado: O valor estimado da contratação é de **R\$ 184.535,00** (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais) – 24 meses.

REQUISITOS E EQUIPAMENTOS MÍNIMOS:

DOS EQUIPAMENTOS PARA O PLENÁRIO

1. PAINEL EM LCD contendo 5 monitores de 48" cada
 - 1.1. Formato de tela: *widescreen*;
 - 1.2. Alimentação: 110VAC a 240VAC 50/60Hz;
 - 1.3. Interface: VGA (DB15 fêmea), DVI, RS232C, entrada vídeo composto;
 - 1.4. Sistema de recepção de TV: PAL-M, NTSC, VHF;
 - 1.5. Menu em português.

DAS FUNCIONALIDADE NO PAINEL

2. Multimídia, permitindo a exibição de vídeos e das informações pertinentes ao sistema de votação, considerando os seguintes recursos operacionais mínimos.
3. Nos Monitores será possível exibir:
 - 3.1. Nome do Vereador, Partido que está filiado e o Voto em proposituras (Sim, Não, Abstenção);
 - 3.1.1. Personalização diferenciada de cores de exibição da fonte de letra;
 - 3.1.2. Tamanho de fonte de letra com boa visualização que beneficie às pessoas que estão nas galerias, a leitura numa distância aproximada de 30 metros;
 - 3.2. Mínimo de 3 cronômetros;
 - 3.2.1. Funcionalidades:
 - 3.2.1.1. Hora atual;
 - 3.2.1.2. Tempo decorrido do Orador;
 - 3.2.1.3. Tempo decorrido do Aparteante.
 - 3.2.2. Ajuste e formato:
 - 3.2.2.1. Relógio no formato HH:MM (hora/minuto);
 - 3.2.2.2. Cronômetro no formato MM:SS (minuto/segundo), progressivo ou regressivo.
 - 3.3. Relógio Digital;
 - 3.4. Totalizadores de votos e presenças, com legenda, sendo os nomes configuráveis;
 - 3.5. Mensagens em texto;



- 3.6. Imagens multimídia;
 - 3.7. Local para inserção do Brasão Oficial da Cidade;
 - 3.8. Todos os campos terão sua posição, tamanho e visibilidade configurados, permitindo ao operador compor cenários adequados à necessidade de todos os tipos de eventos realizados no plenário.
4. As mensagens em formatos multimídia devem ser capazes de:
 - 4.1. Exibir vídeos;
 - 4.2. Exibir conteúdo da internet;
 - 4.3. Exibir conteúdo de captura de vídeo;
 - 4.4. Disponibilizar ao operador a possibilidade de programação de vários conteúdos de mensagens multimídia.
 5. O painel multimídia deverá disponibilizar canal de entrada de sinal compatível para a exibição de imagens de câmeras de vídeo, DVD, sistema de CFTV, vídeo conferência e sinais de TV aberta e a cabo visando possibilitar apresentação de materiais multimídia, via PowerPoint, internet e todos os formatos digitais.

DOS TERMINAIS DE VOTAÇÃO

6. A comunicação dos terminais de votação com o sistema deverá ser via rede pelo protocolo IP Ethernet.
7. No Plenário e Mesa Diretora deverão ser instalados 19 (Dezenove) terminais de votação com capacidade de processar identificações através de digitação de senha secreta definida por cada um dos vereadores.
8. Os terminais deverão controlar o registro de presença e de votação.
9. Os terminais de votação devem funcionar de forma livre, podendo qualquer parlamentar registrar presença ou votar em qualquer posto de votação, através de sua identificação no terminal antes de votar.
10. Possibilitar ao operador do sistema desabilitar um terminal que esteja apresentando problema técnico, sem prejuízo da continuidade dos trabalhos.
11. Características do Terminal de Votação:
 - 11.1. Gabinete em material resistente;
 - 11.2. Display de LCD e teclados legíveis;
 - 11.3. Teclado com dígitos de 0 a 9, teclas ENTER e APAGA, SIM, NÃO e ABSTENÇÃO;
 - 11.4. Dispositivo sonoro, com habilitação configurável no próprio terminal;
 - 11.5. Sinalizações visuais com display LCD alfanumérico.

DAS UNIDADES PARA CONTROLE E OPERAÇÃO DO SISTEMA

12. Todos os computadores necessários para o gerenciamento do sistema deverão possuir características técnicas mínimas a saber:
 - 12.1. Processador com as seguintes características:



- 12.1.1. Processador Intel Core i5.
- 12.2. Placa mãe com as seguintes características:
 - 12.2.1. Suporte a memória DDR3;
 - 12.2.2. 2 soquetes PCI;
 - 12.2.3. 1 soquetes PCI Express 1x;
 - 12.2.4. 1 soquetes PCI Express 16x;
 - 12.2.5. Interface SATA II 3Gb/s;
 - 12.2.6. Uma interface paralela IDE ATA com suporte para UDMA 33, ATA-66/100;
 - 12.2.7. 1 porta RJ-45 (10/100Mb/s);
 - 12.2.8. 4 portas USB 2.0 on-board;
- 12.3. Placa de vídeo *off-board* com as seguintes características:
 - 12.3.1. Barramento: PCI Express X16;
 - 12.3.2. 256 MB de memória;
 - 12.3.3. Conectores: DVI-D e VGA.
- 12.4. Uma (01) unidade de disco rígido interno de 500 Gigabytes, interface SATA II, taxa de transferência de 3.0 GB/s, velocidade de 7.200 RPM, 8 MB de Buffer.
- 12.5. Dois (02) Gigabytes de Memória DDR3.
- 12.6. Gabinete torre padrão ATX com ventilação adequada.
- 12.7. Fonte de energia com potência de 500 em uma tensão de 110/220 V a 50/60 Hz (500 watt reais).
- 12.8. Unidade de Gravador de DVD interna.
- 12.9. Teclado com ajuste de inclinação padrão ABNT2 com 107 teclas não apagáveis pelo uso contínuo contendo todos os caracteres da língua portuguesa com conector USB 2.
- 12.10. Mouse ótico com dois botões e scroll, conexão USB 2.0 e com resolução gráfica de 1000 DPI.
- 12.11. Software (pré-instalado em Português) com mídias e licenças Microsoft Windows 7 Professional.
- 12.12. Monitor de vídeo LCD 17".

DO TERMINAL DO PRESIDENTE

13. Para que o presidente da sessão visualize os passos e status da sessão ou evento no plenário, o sistema deverá disponibilizar, sobre a sua mesa, um Monitor de 15", LCD, com as funcionalidades abaixo descritas:
 - 13.1. A tela deverá exibir os conteúdos de texto vinculados no painel LCD;
 - 13.2. A tela deverá ter capacidade de exibir múltiplos cenários, de modo a ter sempre formatação adequada aos eventos do plenário;
 - 13.3. A tela deverá possuir comandos através do qual o presidente possa interagir com o sistema de votação com as principais funcionalidades:



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

- 13.3.1. Controlar o Cronômetro
- 13.3.2. Liberar registro de presença
- 13.3.3. Abrir votação
- 13.3.4. Liberar registro de votos
- 13.3.5. Fechar votação
- 13.4 Alarme Sonoro

DO SOFTWARE DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO

Especificações técnicas do sistema de gerenciamento de rotinas legislativas.

- 14. Possibilitar a exibição no plenário, em tempo real, das informações geradas no âmbito do SISTEMA, considerando data e hora-certa, registros de presenças e votos dos parlamentares, identificação da sessão e nome do presidente, indicação e dados dos projetos em discussão, textos informativos entre outras informações e funcionalidades descritas neste documento.
- 15. Processar os dados provenientes dos equipamentos de votação, mantendo-os armazenados de forma a se ter uma imagem real do processo que está sendo supervisionado.
- 16. Armazenar os dados das sessões em Banco de Dados SQL-Server, incluindo o uso de SQL.
- 17. Controlar, inicializar e operar os equipamentos, utilizando interface gráfica amigável.
- 18. Possibilitar o armazenamento de “log” dos eventos relevantes, podendo ser recuperados posteriormente para análises e depurações.
- 19. Controlar o cadastramento de usuários.
- 20. Controlar o cadastramento de senhas.
- 21. Contabilizar os dados das votações ao final de cada votação.
- 22. Possibilitar a atualização dos dados referentes às votações e exportar informações para outros sistemas.
- 23. Facilitar a substituição de terminais e dispositivos defeituosos;

DA DESCRIÇÃO DAS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA DE VOTAÇÃO, ORADORES E APARTEANTES, REGISTROS DE PRESENCAS E CONTROLES DIVERSOS DA SESSÃO

- 24. Cadastros
 - 24.1. Cadastrar operadores;
 - 24.2. Cadastrar os usuários que terão acessos ao sistema com seus respectivos níveis de permissões;
 - 24.3. Cadastrar vereadores;
 - 24.4. Cadastrar suplentes e será contínuo a outras legislaturas, sendo necessário controlar a lista dos vereadores ativos e o histórico de cada vereador;



- 24.5. Cadastrar comissões permitindo associar as sessões a uma comissão;
 - 24.6. Cadastrar bancadas;
 - 24.7. Cadastrar os vereadores pertencentes a cada bancada;
 - 24.8. Cadastrar legislaturas;
 - 24.9. Cadastrar os vereadores pertencentes a cada legislatura;
 - 24.10. Cadastrar sessões de plenários e/ou comissões;
 - 24.11. Cadastrar ordem do dia das sessões;
 - 24.12. Cada sessão pode ter o cadastro prévio da sua ordem do dia;
 - 24.13. Cadastrar votações a serem realizadas, incluindo informações como tipo, quórum de validação, quórum de aprovação, indicação se o presidente vota, etc
 - 24.14. Cadastrar justificativas para ausências em sessão;
 - 24.15. Cadastrar justificativas a serem levadas em conta na impressão dos relatórios de presença;
25. Controlar conteúdos exibidos no painel pelo operador:
- 25.1. Exibir ou ocultar totalizadores e os votos de cada parlamentar;
 - 25.2. Controlar cenários de exibição no painel;
 - 25.3. Alternar cenários criados no editor para exibição de conteúdos no painel.
26. Controlar cronômetros:
- 26.1. O operador é capaz de controlar diversos cronômetros.
27. Controlar a execução das sessões:
- 27.1. As sessões cadastradas podem ser abertas e fechadas. Durante a sessão o operador será capaz de executar os diversos itens da ordem do dia.
 - 27.2. Controlar a execução de votação.
 - 27.3. As votações cadastradas serão abertas, fechadas e canceladas. Durante uma votação o operador poderá realizar até 4 chamadas para o registro dos votos a saber:
 - 27.3.1. 1ª chamada;
 - 27.3.2. 2ª chamada;
 - 27.3.3. Chamada de retificação;
 - 27.3.4. Chamada do presidente;
 - 27.3.5. Poderá rapidamente executar uma votação que não esteja previamente cadastrada e controlar os conteúdos relativos a votação que serão exibidos no painel.
28. Controlar os oradores
- 28.1. O operador poderá incluir oradores na pauta ou atribuir a fala a qualquer dos vereadores presentes.
 - 28.2. Diversos tipos de fala devem estar disponíveis ao operador, tais como:
 - 28.2.1. Aparte;
 - 28.2.2. Questão de ordem;
 - 28.2.3. Declaração de voto;
 - 28.2.4. Tempo de liderança;
 - 28.2.5. Encaminhar votação;
 - 28.2.6. Realizar recomposições e verificações de *quórum*;
 - 28.2.7. Numa recomposição de *quórum* todos os vereadores perdem a presença, permanecendo suspensas até que se verifique se existe número regimental de presentes para reiniciar as votações ou continuar a sessão.



29. Registrar quórum instantâneo
- 29.1. Um *quórum* instantâneo é um registro que permite ao operador emitir um relatório que indica quais eram os parlamentares existentes em um momento específico da sessão.
30. Emitir relatórios de:
- 30.1. Presenças por sessão;
- 30.2. Presenças por comissão;
- 30.3. Presenças por período;
- 30.4. Presenças por item da pauta;
- 30.5. Presenças em *quórum* instantâneo;
- 30.6. Frequência no período;
- 30.7. Votações;
- 30.8. Vereadores;
- 30.9. Oradores;
- 30.10. Eventos por sessões;
- 30.11. Sessões no período;
- 30.12. Outros relatórios pertinentes poderão ser solicitados para a licitante vencedora, sem ônus adicional para esta Edilidade;
- 30.13. Geração e emissão da Ata ao final de cada Sessão.
31. O Sistema deverá dispõe de recursos para a obtenção automática, sem a necessidade de digitação, das seguintes informações no transcorrer da sessão:
- 31.1. Data e hora de abertura e encerramento da Sessão;
- 31.2. Identificação dos membros que compõem a Mesa Diretora;
- 31.3. Relação dos vereadores presentes:
- 31.3.1. Geral;
- 31.3.2. A cada recomposição;
- 31.3.3. A cada votação;
- 31.3.4. A cada orador;
- 31.4. Relação dos parlamentares ausentes:
- 31.4.1. Geral;
- 31.4.2. A cada recomposição;
- 31.4.3. A cada votação;
- 31.4.4. A cada orador;
- 31.5. Listagem das Matérias apresentadas:
- 31.5.1. Nome;
- 31.5.2. Autor;
- 31.5.3. Encaminhamento às comissões;
- 31.6. Listagem dos oradores inscritos, incluindo os seguintes dados por orador:
- 31.6.1. Nome;
- 31.6.2. Tempo;
- 31.6.3. Tipo de Fala;
- 31.6.4. Votação Relacionada;
- 31.7. Listagem das votações, podendo conter para cada votação:
- 31.7.1. Listagem das matérias votadas;
- 31.7.2. Número votação;



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

- 31.7.3. Tipo Votação (Secreta, Nominal, Simbólica, Parecer);
- 31.7.4. Tipo *Quórum* Votação:
 - 31.7.4.1. Maioria simples;
 - 31.7.4.2. Maioria absoluta;
 - 31.7.4.3. Maioria qualificada 2/3.
- 31.7.5. Turno;
- 31.7.6. Votos;
- 31.7.7. Totais;
- 31.7.8. Presentes;
- 31.7.9. Sim;
- 31.7.10. Não;
- 31.7.11. Branco;
- 31.7.12. Abstenção;
- 31.7.13. Resultado;

DA INSTALAÇÃO

- 32. A licitante deverá utilizar procedimentos normalizados para as instalações de todas as unidades do presente objeto.
- 33. Nenhum cabeamento de alimentação elétrica ou de comunicação poderá ficar exposto.
- 34. A empresa licitante deverá reconhecer previamente todas as dependências do Plenário e áreas externas, anexando ao processo de habilitação declaração de concordância e compromisso de realização de todos os trabalhos de instalação, sem ônus adicionais e dentro dos prazos e parâmetros de qualidade exigidos.

DA GARANTIA

- 35. A Empresa licitante deve prestar garantia integral dos equipamentos e programas que compõem o presente objeto, durante todo o período de vigência da garantia.

DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MATERIAL DE APOIO E TREINAMENTO DE PESSOAL

- 36. Corretiva
 - 36.1. A empresa deverá disponibilizar mão de obra especializada para atendimento no local das instalações do Sistema em até 24 (vinte e quatro) horas após o chamado.
- 37. Preventiva
 - 37.1. A empresa deverá realizar visita mensal, procedendo verificação dos equipamentos e do sistema, registrando junto ao funcionário responsável desta Edilidade.
- 38. A empresa vencedora deverá apresentar vídeo tutorial do funcionamento das ferramentas do Sistema a ser entregue em DVD ou *pendrive* a esta Edilidade.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

39. A empresa deverá realizar treinamento a funcionários designados para operacionalizar o sistema, emitindo documento após a realização.
40. A empresa deverá manter no local da instalação dos equipamentos todos os materiais e ferramentas necessárias às intervenções preventivas e corretivas, sem que estes venham representar quaisquer custos adicionais, presentes ou futuros à respectiva instalação.

DO PRAZO DE ENTREGA

41. O prazo máximo para entrega do Sistema instalado e em funcionamento no Plenário desta Câmara Municipal é de até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato.

ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

PROCESSO N. 148/2019
CONTRATO N./19

*TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX*

Aos dias do mês de de 2019, na sede da Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande, Praça Vereador Vital Muniz, n. 01, neste ato representada pelo seu Presidente, Vereador EDNALDO DOS SANTOS PASSOS, brasileiro, casado, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX., estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ/MF nº, neste ato representada por seu Diretor, Senhor xxxxxxxxxxxxxxxx, RG, doravante denominada CONTRATADA, compareceram para celebrar o presente contrato de prestação de serviços, que se regerá integralmente pela Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e têm entre si justo e contratado a **Locação mensal de sistema de votação eletrônica, com fornecimento de equipamentos, de hardware específico de quantificação automatizada de expedientes, configuração, fornecimento, implantação e treinamento operacional**, decorrente do Processo nº/2019, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o orçamento apresentado pela CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo n.º 148/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente contrato tem por objeto a **Locação mensal de sistema de votação eletrônica, com fornecimento de equipamentos, de hardware específico de quantificação automatizada de expedientes, configuração, fornecimento, implantação e treinamento operacional**.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA se obriga a fornecer o objeto, atendendo às especificações detalhadas no Anexo VI do Edital Pregão n.º 010/2019, que fica fazendo parte integrante deste contrato para todos os fins.

CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA assume a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços causados à contratante e/ou a terceiros.

CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATADA deverá manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – A CONTRATANTE ainda se obriga a empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento em dia; encaminhando para publicação o extrato do contrato e seus aditivos, se ocorrerem, além de arcar com as despesas concernentes à tais publicações.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande

Estado de São Paulo

CLÁUSULA SEXTA - A despesa com a execução deste contrato correrá pela dotação

CLÁUSULA SÉTIMA - A CONTRATANTE pagará à contratada o valor de R\$ por mês, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento das notas fiscais correspondentes.

Parágrafo Primeiro – Haverá reajuste no valor mensal do contrato, após doze meses de sua vigência, incidindo o reajuste do INPC-IBGE.

Parágrafo Segundo - Quando ocorrer qualquer irregularidade no faturamento, a contagem do prazo previsto no caput iniciar-se-á somente após o acerto pela contratada.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATANTE sustará o pagamento da nota fiscal/fatura, caso os serviços não estejam sendo satisfatoriamente prestados, sendo que a contagem do prazo mencionado no caput somente iniciar-se-á após a regularização do problema.

CLÁUSULA OITAVA - Fica facultado à contratante considerar o contrato insubsistente para todos os efeitos jurídicos e sem ônus de espécie alguma, salvo o pagamento correspondente aos serviços executados, se lhe convier este procedimento, em decorrência da não aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado do presente contrato.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

I - por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93 e alterações;

II - amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

III - judicialmente, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

Parágrafo Primeiro - Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto licitado, quando a CONTRATADA executar os serviços em desacordo com as especificações do Edital.

Parágrafo Segundo - Será cobrada multa de 20%(vinte por cento) sobre o valor do objeto licitado, quando a CONTRATADA recusar-se a executar os serviços sem justa causa, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n.º 8.666, de 21.06.93, suas alterações e pelos princípios de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições de Direito Privado.

Parágrafo Único – Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Este contrato vigorará por 24 meses a contar de, podendo ser prorrogado até o limite máximo previsto na Lei n.º 8.666/93.



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — Fica eleito o Foro da Comarca de Praia Grande, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Praia Grande,

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
EDNALDO DOS SANTOS PASSOS – Presidente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Xxxxxxxxxxxx - Representante

Testemunhas:
